



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Alves Brasileiro, Aline; Bovi Ambrosano, Gláucia Maria; Tadeu Martins Marba, Sérgio; de  
Fátima Possobon, Rosana

A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras

Revista de Saúde Pública, vol. 46, núm. 4, agosto, 2012, pp. 642-648

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240199008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Aline Alves Brasileiro<sup>I</sup>

Gláucia Maria Bovi Ambrosano<sup>II</sup>

Sérgio Tadeu Martins Marba<sup>III</sup>

Rosana de Fátima Possobon<sup>II</sup>

# A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras

## Breastfeeding among children of women workers

---

### RESUMO

**OBJETIVO:** Analisar benefícios trabalhistas e fatores associados à manutenção dos índices de amamentação entre mães trabalhadoras.

**MÉTODOS:** A amostra foi constituída por 200 mulheres trabalhadoras formais que retornaram ao trabalho antes de a criança completar seis meses de vida, no município de Piracicaba, SP. Dentre as participantes, 100 díades mãe-lactente receberam orientações e apoio para a prática do aleitamento em um programa de prevenção em saúde bucal e as demais 100 díades foram abordadas em uma campanha de vacinação infantil. Foi realizada análise de regressão logística múltipla para identificar variáveis relacionadas ao desmame ao quarto mês de vida.

**RESULTADOS:** A maior parte das participantes era primípara, passou por cesariana, iniciou a amamentação em menos de quatro horas após o parto e permaneceu com seu filho em alojamento conjunto. Tiveram mais chance de parar a amamentação: mães não participantes do programa de incentivo (OR = 3,04 [IC95% 1,35;6,85]), mães que não tinham intervalo de 30 minutos durante a jornada de trabalho (OR = 4,10 [IC95% 1,81;9,26]) e mães cujos filhos utilizavam chupeta (OR = 2,68 [IC95% 1,23;5,83]) ou mamadeira (OR = 14,47 [IC95% 1,85;113,24]).

**CONCLUSÕES:** As mães que participaram do grupo de incentivo à amamentação, não ofereceram chupeta e mamadeira aos filhos e tinham intervalo durante o trabalho pararam a amamentação após o quarto mês. Apoio, informações sobre o manejo da lactação e sobre seus direitos garantidos por lei, em conjunto com a ampliação do tempo de licença maternidade, poderão ter um importante papel na manutenção da prática do aleitamento materno.

**DESCRIPTORIOS:** Aleitamento Materno. Trabalho Feminino. Licença Parental. Desmame. Condições de Trabalho.

<sup>I</sup> Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, Brasil

<sup>II</sup> Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Unicamp. Piracicaba, SP, Brasil.

<sup>III</sup> Departamento de Pediatria. Faculdade de Ciências Médicas. Unicamp. Campinas, SP, Brasil

### Correspondência | Correspondence:

Aline Alves Brasileiro  
R. 227, 380 - Q. 67 A L. 7/8, Apto 206 - Setor Leste Universitário  
CEP: 74605-080 Goiânia, GO, Brasil  
E-mail: alinebrasileiro@yahoo.com.br

Recebido: 13/9/2011

Aprovado: 15/3/2012

Artigo disponível em português e inglês em:  
[www.scielo.br/rsp](http://www.scielo.br/rsp)

---

## ABSTRACT

**OBJECTIVE:** To analyze employment benefits and factors associated with the maintenance of breastfeeding indexes among working mothers.

**METHODS:** The sample was constituted by 200 formal women workers who returned to work before the child had reached six months of life, in the city of Piracicaba (Southeastern Brazil). Among the participants, 100 mother-infant dyads received guidance and support for the practice of breastfeeding within an oral health prevention program, and the other 100 dyads were addressed in a child vaccination campaign. Multiple logistic regression analysis was carried out to identify variables related to weaning in the fourth month of life.

**RESULTS:** The majority of the participants were primiparous women who underwent cesarean section, initiated breastfeeding within four hours after birth and stayed with their child in the room. The following women had higher odds of stopping breastfeeding: mothers not participating in the incentive program (OR = 3.04 [95%CI: 1.35;6.85]), mothers who did not have a 30-minute break during the working hours (OR = 4.10 [95%CI: 1.81;9.26]), and mothers whose children used pacifiers (OR = 2.68 [95%CI: 1.23;5.83]) or bottles (OR = 14.47 [95%CI: 1.85;113.24]).

**CONCLUSIONS:** The mothers who participated in the breastfeeding incentive group, who did not offer pacifiers and bottles to their babies and who had a break during the working hours stopped breastfeeding after the fourth month. Support and information on lactation management and on their rights guaranteed by law, together with the increase in the length of maternity leave, may play an important role in maintaining breastfeeding.

**DESCRIPTORS:** Breast Feeding. Women, Working. Parental Leave. Weaning. Working Conditions.

---

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS),<sup>a</sup> em 2001, definiu que o leite materno deveria ser oferecido de forma exclusiva, para todas as crianças, até o sexto mês de vida. Entretanto, embora tenha ocorrido um importante aumento nos índices do aleitamento materno exclusivo ao quarto mês de vida no Brasil (35,5% em 1999 para 51,2% em 2009), ao sexto mês esse índice não chega a 10%.<sup>b</sup>

O trabalho materno é um dos fatores de risco para interrupção do aleitamento.<sup>10</sup> Estudo de Schwartz et al<sup>13</sup> mostrou que o retorno da mãe ao trabalho foi responsável por 58% do desmame precoce em Michigan e Nebraska (EUA). Resultados semelhantes foram encontrados por Costa et al<sup>2</sup> em estudos conduzidos na cidade de Belém, PA, e por Dearden et al<sup>3</sup> em quatro comunidades da Guatemala.

Dispositivos legais foram criados para minimizar os riscos para a diminuição do aleitamento materno no

período de retorno ao trabalho. A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no seu artigo 7º, parágrafo XVIII, versa: “Licença maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias”. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) protege a nutriz, com descansos especiais durante a jornada de trabalho e descrição de locais adequados para os cuidados com os lactentes.<sup>7,12</sup>

Em 9 de setembro de 2008 foi criada a Lei federal nº 11.770, que, mediante concessão de incentivo fiscal, estimula as empresas a ampliarem a licença maternidade para seis meses. Essa lei vem ao encontro da recomendação da OMS e do Ministério da Saúde.<sup>c</sup>

A CLT determina também que empresas com mais de 30 funcionárias com idade superior a 16 anos ofereçam creches internas ou estabeleçam convênios com creches externas. Além disso, por meio de acordos coletivos, os

---

<sup>a</sup> Kramer MS, Kakuma R. The optimal duration of exclusive breastfeeding: a systematic review. Geneva: World Health Organization; 2002.

<sup>b</sup> Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. II Pesquisa de prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal. Brasília; 2009.

<sup>c</sup> Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta. Brasília; 2010.

sindicatos reivindicaram o pagamento do “vale creche”, como uma alternativa às mães que preferem não utilizar as creches internas ou as conveniadas com a empresa. Entretanto, muitas mulheres ainda têm dificuldade de amamentar a criança durante o expediente, principalmente em grandes centros urbanos, onde o transporte é ineficiente e/ou é muito grande a distância entre o local de trabalho e o local de permanência da criança.<sup>9</sup>

Desse modo, o objetivo deste estudo foi analisar benefícios trabalhistas e fatores associados à manutenção dos índices de amamentação entre mães trabalhadoras.

## MÉTODOS

Estudo de desenho retrospectivo de coorte. A coorte original foi delineada para realização num programa preventivo em saúde bucal e durante o dia da campanha de multivacinação (10 de agosto), em Piracicaba, SP, no ano de 2008. Situada no estado de São Paulo, Piracicaba ocupa uma área de 1.377 km<sup>2</sup> e, segundo o censo de 2010,<sup>d</sup> apresenta 4.328 habitantes menores de 12 meses, o que representa 1,18% da população total da cidade.

A amostra deste estudo incluiu somente as mães trabalhadoras formais, que possuíam vínculo empregatício e que retornaram ao trabalho antes de a criança completar seis meses de vida. No momento da pesquisa, a criança tinha entre seis e dez meses de idade. Foram excluídas as mães que desempenhavam funções não regulamentadas pela CLT,<sup>1</sup> por não serem contempladas com esses benefícios de incentivo ao aleitamento materno. Além disso, também foram excluídas as díades que apresentaram algum problema de saúde nos períodos pré e pós-parto imediato, bem como as mães que tiveram filhos gêmeos, prematuros (< 37 semanas) ou com baixo peso ao nascer (< 2.500 g).

A amostra foi constituída por 200 díades mãe-lactente, das quais 100 (Grupo A) receberam, de fevereiro a maio de 2008, orientações e apoio para a prática do aleitamento, dentro de um programa de prevenção precoce em saúde bucal. A coleta de dados dessa população foi feita por meio de entrevista conduzida durante a participação da díade no programa. As demais díades (Grupo B) não participaram desse programa e foram abordadas na campanha de vacinação infantil, em quatro postos de vacinação previamente sorteados.

Considerando que as crianças não estão distribuídas uniformemente nas várias unidades de vacinação (conglomerados), adotou-se o sorteio em dois estágios, com probabilidade proporcional ao tamanho dos conglomerados. No primeiro estágio foram sorteadas as unidades de vacinação e, no segundo estágio, as

crianças em cada unidade, de forma sistemática. As quatro unidades sorteadas e o número de crianças cujas mães seriam abordadas por unidade foram definidos considerando o total de 40 unidades de vacinação do ano anterior e a estimativa de vacinar 24.000 crianças de zero a cinco anos. A expectativa de vacinação nesses postos era de 1.200 crianças com idade inferior a um ano.

A amostra proporcionou um poder do teste (1- $\beta$ ) de 0,80 com nível de significância  $\alpha$  de 0,05 para um *odds ratio* de 2,0, probabilidade de resposta de 28% e probabilidade de sucesso de 35%, calculada de acordo com Demidenko.<sup>4,5</sup>

Utilizou-se um roteiro estruturado de entrevista para obter informações sobre o nível socioeconômico da família, idade dos pais, estado civil, número de filhos, tipo de parto, variáveis relacionadas aos períodos peri e pós-natal, época de retorno da mãe ao trabalho, distância entre o local de trabalho e o local de permanência da criança, cuidador da criança no momento de ausência da mãe e as condições do trabalho materno.

Os resultados foram avaliados por meio de análise descritiva, dos testes estatísticos de qui-quadrado, exato de Fisher e análise de regressão logística múltipla pelo procedimento *stepwise forward*. Foram testadas no modelo as variáveis com  $p < 0,25$  na análise bivariada, permanecendo as que se ajustaram ao modelo com  $p \leq 0,05$ . Todas as análises foram realizadas no programa estatístico SAS 2008, versão 9.2.

O conceito de desmame utilizado no estudo segue a definição da OMS, ou seja, quando ocorre a interrupção da oferta de leite materno à criança.<sup>a</sup>

O estudo foi realizado de acordo com as Normas e Diretrizes Éticas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Unicamp (Nº de protocolo: 073/2004).

## RESULTADOS

A maioria das crianças apresentava família de nível socioeconômico médio, pais com até 30 anos de idade e suas mães tinham até 28 anos, primíparas, contavam com a presença do companheiro, passaram por parto tipo cesárea, tinham iniciado a amamentação em menos de quatro horas após o parto e permaneceram com seu filho em alojamento conjunto (Tabela 1).

Entre as mães que não participavam de grupos de incentivo, 43% desmamaram antes do quarto mês. Entre as que não amamentavam durante a jornada de trabalho, 34% desmamaram antes do quarto mês. Dentre as

<sup>d</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR). Cidades@. Brasília; 2000[citado 2011 maio 24]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

**Tabela 1.** Descrição das características da amostra. Piracicaba, SP, 2008.

Variável	n	%
Idade da mãe (anos)		
≤ 28	104	52,0
> 28	96	48,0
Idade do pai (anos)		
≤ 30	106	53,0
> 30	94	47,0
Estado civil		
Com companheiro	189	94,5
Sem companheiro	11	5,5
Número de filhos		
Um	93	46,5
Dois	76	38,0
Três ou mais	31	15,5
Nível socioeconômico		
Alto	27	14,0
Médio	143	73,6
Baixo	24	12,4
Tipo de parto		
Normal	67	33,5
Cesárea	133	66,5
Início da primeira mamada		
Menos de 4 horas	108	54,0
Mais de 4 horas	61	30,5
Não lembra	31	15,5
Permanência em alojamento conjunto		
Sim	162	81,0
Não	38	19,0

mães que voltaram a trabalhar depois do quinto mês após o parto, 82,9% desmamaram após o quarto mês (Tabela 2).

A análise de regressão logística múltipla mostrou que as chances de parar a amamentação antes do quarto mês foi maior para as mães não participantes do programa de incentivo (OR = 3,04 [IC95% 1,35;6,85]) e que não tinham intervalo de 30 minutos durante a jornada de trabalho (OR = 4,10 [IC95% 1,81;9,26]); e para as crianças que utilizavam chupeta (OR = 2,68 [IC95% 1,23;5,83]) ou mamadeira (OR = 14,47 [IC95% 1,85;113,24]) (Tabela 3).

## DISCUSSÃO

Algumas variáveis mostraram relação significativa com o desmame antes do quarto mês de vida, tais como o fato de a mãe não conseguir amamentar a criança durante a jornada de trabalho, não poder usufruir do intervalo

de 30 minutos por turno trabalhado e o uso de chupeta e mamadeira. Hight-Laukaran et al<sup>6</sup> mostraram que o tempo médio de aleitamento materno é maior entre mulheres que permanecem com seus filhos no local de trabalho. Além disso, Oliveira & Silva<sup>8</sup> ressaltam que os empregadores que respeitam as leis trabalhistas e facilitam a amamentação no local de trabalho contam com funcionárias mais produtivas e com menores índices de falta ao trabalho.

A época de retorno ao trabalho mais frequente foi entre o terceiro e quarto mês após o parto. Esse resultado já era esperado, tendo em vista que a legislação trabalhista vigente no momento da coleta do dado dava o direito a quatro meses de licença maternidade remunerada às trabalhadoras formais. Houve tendência em manter o aleitamento por mais de quatro meses entre as mães que voltaram a trabalhar depois do quinto mês após o parto. Esses dados indicam que a lei de ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses poderá contribuir para o aumento do período de aleitamento.

A presença de posto de coleta de leite materno na empresa não mostrou relação com a manutenção do aleitamento. Estudo realizado em empresas na cidade de São Paulo, SP,<sup>10</sup> sugere que a instalação de postos de coleta de leite humano no local de trabalho facilita a manutenção do aleitamento materno quando o número de funcionários do sexo feminino não viabiliza a instalação de uma creche. No entanto, para que esse benefício atue de modo a promover a manutenção do aleitamento, a mãe precisa receber informação e treinamento para ordenhar, armazenar e oferecer seu leite adequadamente.

A presença de creche no local de trabalho ou o acesso à creche externa não mostrou relação com a interrupção precoce do aleitamento. Rea et al<sup>10</sup> relatam que não há diferença significativa entre o tempo médio de aleitamento materno ao comparar mulheres cujos filhos permanecem em creche fora do local de trabalho e mulheres que não dispõem desse benefício. Isso pode ser devido ao fato de que as empresas geralmente não fornecem transporte para o deslocamento das funcionárias até o local de permanência da criança. Assim, a dificuldade de acesso a creches localizadas fora do local de trabalho da mãe pode resultar em redução do tempo destinado ao aleitamento, constituindo-se em um fator de risco ao aleitamento.<sup>8</sup>

Estudo com trabalhadoras da cidade de Campinas, SP, que utilizaram o benefício de creche no local de trabalho mostrou índice de aleitamento materno exclusivo de 66% ao quinto mês de vida da criança. Além disso, foi possível observar que o desmame iniciou por volta do quinto mês de vida por orientação da creche, visando uma melhor adaptação da criança às rotinas do estabelecimento.<sup>9</sup>

**Tabela 2.** Distribuição das mulheres com desmame antes e após quatro meses, segundo características da amostra. Piracicaba, SP, 2008.

Variável	Época do desmame						p
	n	%	Antes do 4º mês n	%	Após o 4º mês n	%	
Participa de programa							< 0,0001
Sim	100	50,0	12	12	88	88	
Não	100	50,0	3	43	57	57	
Época de retorno ao trabalho							0,0546
Entre 1º mês e 2º mês	22	11	7	31,8	15	68,2	
Entre 3º mês e 4º mês	108	54	36	33,3	72	66,7	
Após o 5º mês	70	35	12	17,1	58	82,9	
Amamentação durante a jornada de trabalho							0,0002
Sim	47	23,5	3	6,4	44	93,6	
Não	153	76,5	52	34	101	66	
Cuidador da criança durante a jornada de trabalho							0,9513
Somente a mãe	7	3,5	1	14,3	6	85,7	
Somente a creche	37	18,5	10	27	27	73	
Pai, avó ou babá	148	74	42	28,4	106	71,6	
Mãe e creche	4	2	1	25	3	75	
Outras pessoas e creche	4	2	1	25	3	75	
Carga horária de trabalho por dia							0,7278
Menos de 4 horas	7	3,5	1	14,3	6	85,7	
De 4 a 8 horas	150	75	42	28	108	72	
Mais de 8 horas	43	21,5	12	27,9	31	72,1	
Nível de escolaridade materna							0,9101
Superior	82	41	23	28,05	59	71,95	
Médio	88	44	23	26,1	65	73,9	
Intermediário	30	15	9	30	21	70	
Distância entre local de trabalho-criança							0,2709
Até 10 minutos	93	46,5	27	29	66	71	
De 20 a 30 minutos	67	33,5	21	31,3	46	68,7	
Mais de 30 minutos	40	20	7	17,5	33	82,5	
Intervalo de 30 minutos a cada turno de trabalho							0,0018
Sim	112	56	21	18,75	91	81,25	
Não	88	44	34	38,6	54	61,4	
Presença de creche no local de trabalho							0,9523
Sim	25	12,5	7	28	18	72	
Não	175	87,5	48	27,4	127	72,6	
Convênio com creche externa							0,4368
Sim	32	16	7	21,9	25	78,1	
Não	168	84	48	28,6	120	71,4	
Presença de posto de coleta de leite materno							0,1686
Sim	25	12,5	4	16	21	84	
Não	175	87,5	51	29,1	124	70,9	
Utiliza chupeta							< 0,0001
Sim	87	43,5	39	44,8	48	55,2	
Não	113	56,5	16	14,2	97	85,8	
Utiliza mamadeira							< 0,0001
Sim	146	73	54	37	92	63	
Não	54	27	1	1,85	53	98,15	

**Tabela 3.** Análise de regressão logística múltipla entre desmame no quarto mês segundo características da amostra. Piracicaba, SP, 2008.

Variável	Desmamou até o 4º mês		OR	IC 95%	p
	n	%			
Participa do programa					
Sim	12	12	1		0,0007
Não	43	43	3,04	1,35; 6,85	
Intervalo de 30 minutos a cada turno de trabalho					
Sim	21	18,75	1		< 0,0001
Não	34	38,64	4,10	1,81; 9,26	
Utiliza chupeta					
Sim	39	44,8	2,68	1,23; 5,83	< 0,0114
Não	16	14,2	1		
Utiliza mamadeira					
Sim	54	37	14,47	1,85; 113,24	< 0,0001
Não	1	1,85	1		

O cumprimento das leis de proteção à amamentação parece ser fundamental em uma sociedade como a brasileira, em que quase 25% da população economicamente ativa é constituída por mulheres com filhos menores de seis meses de idade.<sup>6</sup> Segundo Hight-Laukaran et al,<sup>6</sup> 92% das mulheres que não recebem o benefício de creche no local de trabalho introduzem substitutos para o leite materno.

O Estado de Santa Catarina obteve um índice próximo a 85% no cumprimento dessas leis, por meio de algumas estratégias. Entre elas, a exigência do registro de creches próprias e conveniadas na Delegacia Regional do Trabalho, a obrigatoriedade da empresa em proporcionar às mulheres o conhecimento de seus direitos e o modo de utilizá-los, a modificação do tipo de inspeção e controle das creches e empresas e a divulgação dos direitos da mãe trabalhadora pelos meios de comunicação.<sup>8</sup>

As mães que participaram do grupo de incentivo à amamentação e que não ofereceram chupeta e mamadeira aos filhos desmamaram após o quarto mês. Esses resultados corroboram o estudo de Osís et al,<sup>9</sup> que observaram que as mulheres amamentam por mais tempo quando recebem algum tipo de apoio, seja familiar, seja profissional. Segundo Roig et al,<sup>11</sup> o uso de mamadeiras e chupetas e a falta de informações estão relacionados com a duração do aleitamento materno.

Os dados do presente estudo mostram a importância de oferecer informações sobre os direitos garantidos por lei que facilitam a manutenção do aleitamento às mães trabalhadoras. Munida desse conhecimento, a mulher-mãe-nutriz pode lutar pelos seus direitos, fiscalizando e exigindo o cumprimento dos benefícios trabalhistas pelas empresas. Porém, há que se oferecer, também, apoio e informação sobre o manejo da lactação, aconselhando a mãe a, por exemplo, evitar a introdução de bicos artificiais e ordenhar e armazenar seu leite para que seja oferecido à criança nos momentos de sua ausência. Essas iniciativas, em conjunto com a ampliação do tempo de licença maternidade, poderão ter um importante papel na manutenção da prática do aleitamento materno.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Consolidação das Leis do Trabalho. 25 ed. São Paulo: Editora Saraiva; 1999.
2. Costa COM, Figueiredo EM, Silva SB. Aleitamento materno: causas de desmame e justificativa para amamentar. *J Pediatr (Rio J)*. 1993;69(3):176-8.
3. Dearden K, Altaye IM, Oliva MSJ, Morrow AL, Burkhalter BR. Determinants of optimal breast-feeding in peri-urban Guatemala City, Guatemala. *Rev Panam Salud Publica*. 2002;12(3):185-92. DOI:10.1590/S1020-49892002000900007
4. Demidenko E. Sample size and optimal design for logistic regression with binary interaction. *Stat Med*. 2008;27(1):36-46. DOI:10.1002/sim.2980
5. Demidenko E. Sample size determination for logistic regression revisited. *Stat Med*. 2007; 26(18):3385-97. DOI:10.1002/sim.2771
6. Hight-Laukaran V, Rutstein SO, Peterson AE, Labbok MH. Uso de substitutos do leite materno nos países em desenvolvimento: o impacto do trabalho feminino. *Am J Public Health*. 1996;86(9):1235-40. DOI:10.2105/AJPH.86.9.1235
7. Issler RMS, Enk I, Azeredo PR, Moraes JA. Estudo comparativo do período de aleitamento materno de crianças em creches internas e externas. *J Pediatr (Rio J)*. 1994;70(5):287-90. DOI:10.2223/JPED.689
8. Oliveira RL, Silva NA. Aspectos legais do aleitamento materno: cumprimento da lei por hospitais de médio e de grande porte de Maceió. *Rev Bras Saude Matern Infant*. 2003;3(1):43-8. DOI:10.1590/S1519-38292003000100007
9. Osís MJD, Duarte GA, Pádua KS, Hardy E, Sandoval LM, Bento SF. Aleitamento materno exclusivo entre trabalhadoras com creche no local de trabalho. *Rev Saude Publica*. 2004;38(2):172-9. DOI:10.1590/S0034-89102004000200004
10. Rea MF, Venâncio SI, Batista LE, Santos RG, Greiner T. Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais. *Rev Saude Publica*. 1997;31(2):149-56. DOI:10.1590/S0034-89101997000200008
11. Roig AO, Martínez MR, García JC, Hoyos SP, Navidad GL, Alvarez JCF, et al. Fatores associados ao abandono do aleitamento materno durante os primeiros seis meses de vida. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2010;18(3):373-80. DOI:10.1590/S0104-11692010000300012
12. Santiago LB, Bettiol H, Barbieri MA, Gutierrez MRP, Ciampo LAD. Incentivo ao aleitamento materno: a importância do pediatra com treinamento específico. *J Pediatr (Rio J)*. 2003;79(6):504-12. DOI:10.2223/JPED.1110
13. Schwartz K, d'Arcy HJS, Gillespie B, Bobo J, Longeway M, Foxman B. Factors associated with weaning in the first 3 months postpartum. *J Fam Pract*. 2002;51(5):439-44.

---

Artigo baseado na tese de doutorado de Brasileiro AA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Campinas em 2012.  
Os autores declaram não haver conflitos de interesse.